

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Gasolina acumula 115 ajustes de preços desde julho e sobe 25%..... 3

Correio Braziliense

Título: Distribuidoras serão vendidas..... 9

Valor Econômico

Título: Governo admite mudar artigo de MP, para venda da Eletrobras 11

Título: Medida tira incerteza sobre a privatização de distribuidoras 13

Título: Mercado à vista tem inadimplência de 75% por conta do GSF 26

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....3

Título: Gasolina acumula 115 ajustes de preços desde julho e sobe 25%..... 3

Título: Rio tem índice de 3,03%, acima da taxa nacional..... 4

VEÍCULO: Folha de S. Paulo5

Título: Vinci fará oferta por distribuidoras da Eletrobras 5

Título: Petróleo encosta nos US\$ 70 e retorna ao nível de 2015..... 6

Título: Bitcoin consumirá uma Argentina em energia neste ano..... 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo9

Título: Sem privatizar Eletrobrás, União precisará de R\$ 12 bi..... 9

VEÍCULO: Correio Braziliense.....9

Título: Distribuidoras serão vendidas..... 9

Título: PP em Itaipu 11

VEÍCULO:	Valor Econômico	11
Título: Governo admite mudar artigo de MP, para venda da Eletrobras		11
Título: Medida tira incerteza sobre a privatização de distribuidoras		13
Título: Combustíveis devem manter pressão sobre a inflação em 2018		14
Título: Arrecadação com royalties aumenta 104% no RJ em 2017		15
Título: NY processa 5 petroleiras por aquecimento global		17
Título: Giannetti defende reforma em 2019 e Petrobras privada		18
Título: Destaques		25
Título: Mercado à vista tem inadimplência de 75% por conta do GSF		26

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Marcello Corrêa****Título: Gasolina acumula 115 ajustes de preços desde julho e sobe 25%**

Item avança 10,32% no ano e é o segundo maior impacto na inflação.

No ano em que os preços dos alimentos deram um descanso para o bolso do brasileiro, os combustíveis pesaram nas contas. No meio do ano, a Petrobras anunciou uma nova política de reajuste de preços, seguindo mais de perto as flutuações da cotação do barril de petróleo no mercado internacional. Com isso, de 3 julho a 28 de dezembro — último dia da coleta de dados para o IPCA de dezembro —, os valores da gasolina foram alterados 115 vezes, acumulando um total de 25,49% nos últimos seis meses.

De acordo com dados do IBGE divulgados ontem, em 2017, só a gasolina acumulou alta de 10,32% — o segundo maior impacto no IPCA. O produto tem peso de 4% sobre o orçamento das famílias, mais que o feijão, o arroz e o pão francês, por exemplo.

Além da mudança na política de preços da Petrobras, contribuiu para essa alta o reajuste pelo governo, em julho, da alíquota de PIS/Cofins sobre os combustíveis. Na gasolina, por exemplo, passou de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925 por litro. No Rio, já há postos que cobram mais que R\$ 5 pelo litro de gasolina.

"ENERGIA É INCÓGNITA"

Assim como o combustível, outros produtos monitorados — ou seja, aqueles cujos preços são regulados pelo governo — deram dor de cabeça para os brasileiros. O plano de saúde subiu 13,53%, tornando-se o principal impacto para cima do ano, enquanto a energia elétrica avançou 10,35%. Dos dez itens que mais subiram em 2017, sete são monitorados.

A conta de luz ficou mais cara, em parte por causa das bandeiras tarifárias. Em 2017, só três meses (janeiro, fevereiro e junho) ficaram com bandeira verde, isto é, sem cobrança extra na conta. Este mês, a bandeira começou vermelha, passando depois a verde graças ao aumento das chuvas nos reservatórios. O gás de botijão (16%) e a taxa de água e esgoto (10,52%) também ficaram mais caros.

Na avaliação do economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), a expectativa é que esse grupo de produtos e serviços fique menos salgado em 2018.

— Os preços monitorados devem subir menos em 2018. Eles fecharam em 7,99% e, agora, podem encerrar em torno de 5,5%. A energia é a grande incógnita, que pode frustrar essa expectativa. A passagem de bandeira vermelha para verde é uma sinalização positiva. Agora, ela tem que ser sustentável, as chuvas têm que continuar pingando por aí. Se os níveis dos reservatórios não se recuperarem, podemos ter um encarecimento da energia — destaca o especialista.

Para janeiro, já há a expectativa de novas altas desses preços. No Rio, Belém, Campo Grande e Fortaleza, o resultado deste mês deve sentir o efeito dos reajustes nas taxas de água e esgoto. O aumento de 5,26% nas tarifas de trens, metrô e ônibus de São Paulo, anunciado no dia 7 de janeiro, é outro impacto esperado para a inflação de janeiro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa

Título: Rio tem índice de 3,03%, acima da taxa nacional

Plano de saúde pesa mais no bolso do carioca, e energia subiu mais na cidade.

Em um ano marcado por alta de preços mais moderada, o alívio no orçamento das famílias cariocas foi um pouco menor que no resto do país. Segundo dados divulgados ontem pelo IBGE, a Região Metropolitana fechou 2017 com inflação de 3,03%, menor que a taxa de 6,33% do ano passado, porém mais alta que o índice nacional, que ficou em 2,95%. Na região com a maior parcela de idosos do país, o plano de saúde foi o principal vilão.

A variação de preço dos produtos e serviços pesquisados pelo IBGE é calculada de acordo com o peso de cada item no orçamento doméstico. Esse cálculo varia conforme a região, o que explica o resultado da inflação carioca. No Rio, os planos de saúde respondem, em média, por 5,4% dos gastos das famílias, percentual bem maior que a média nacional, de 3,8%. O serviço subiu 13,6% na região, alta parecida com a apurada no país (13,53%), mas teve maior influência no cálculo carioca. No Brasil, o aumento dos planos respondeu por 0,48 ponto percentual do resultado. No Rio, 0,67 ponto.

— O peso do plano de saúde no Rio é o maior do país. O segundo é São Paulo, com 5,13% — diz Fernando Gonçalves, gerente de índice de preços do IBGE.

O segundo maior impacto foi o da energia elétrica residencial. Nesse caso, o que influenciou foi uma alta maior que a média, de 12,04%, frente aos 10,35% na média nacional. A alta da energia elétrica respondeu por 0,47 ponto percentual do resultado regional. Em terceiro lugar, vem a gasolina, que também subiu mais do que no restante do país (11,98% contra 10,32%). Juntos, planos de saúde, energia e gasolina responderam por praticamente metade da inflação do Rio em 2017. Vale destacar que esses são itens monitorados, cujos preços não dependem da demanda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Vinci fará oferta por distribuidoras da Eletrobras

A Vinci Partners tem interesse nas seis distribuidoras que a Eletrobras pretende vender ainda no primeiro semestre deste ano, segundo Alessandro Horta, diretor--executivo da gestora.

São ativos no Nordeste e Norte do país, como a Cepisa, do Piauí, e a Amazonas Distribuidora de Energia.

A empresa já controlou a Equatorial, uma distribuidora de energia com atuação no Maranhão e Pará que tinha situação semelhante à das seis que deverão ser privatizadas neste ano.

"Cada uma delas tem uma atratividade diferente, mas precisamos ver qual vai ser o modelo", diz Horta.

A ideia é reestruturar a gestão, diminuir perdas e assim melhorar a rentabilidade, um negócio que "não é para neófitos" e que seria impossível em uma distribuidora com operação já consolidada.

A gestora também deverá fazer aportes na oferta de ações da própria Eletrobras.

Esse não é o único plano da Vinci para o setor de infraestrutura. Ela tem também a intenção de ficar com gasodutos da Petrobras e não desistiu de aeroportos, apesar de não ter conseguido arrematar nenhum no leilão de 2017.

"Podem até ser aeroportos regionais, mas aí teria que ser mais de um, porque só com um menor [a operação] não se viabiliza. Estamos atentos a trocas de controle de ativos que já têm operadores."

A Vinci também pretende lançar um fundo de cotas de imóveis logísticos (galpões, principalmente) para ser negociado em Bolsa.

Será o mesmo modelo de um fundo de cerca de R\$ 350 milhões que a gestora já montou e que é negociado na B3, de participações em diversos shopping centers.

O produto busca atrair investidores que querem a estabilidade de rendimento de um aluguel, mas com a possibilidade de vender no mercado secundário e várias participações de diferentes imóveis, não só de um.

Raio-x

R\$ 21 bilhões estão sob gestão da Vinci

86 são os fundos ativos

R\$ 2 bilhões é a parcela que está ligada a bens de infraestrutura

R\$ 750 milhões é o valor que a Vinci alocou em títulos desse segmento

R\$ 1,8 bilhões foi o valor do maior fundo de fatias de empresas

90 mil m² de área bruta locável própria está sob gestão da Vinci

11 transações imobiliárias foram realizadas desde 2013

2009 foi a fundação da empresa

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: "Financial Times"

Título: Petróleo encosta nos US\$ 70 e retorna ao nível de 2015

O petróleo Brent atingiu nesta quarta (10) sua mais alta cotação em quase três anos, com a entrada em vigor de cortes de produção decretados pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), a queda nos estoques mundiais e a alta nas tensões geopolíticas, que, juntas, mais que compensaram as preocupações quanto à alta na produção de petróleo de xisto betuminoso nos EUA.

O Brent chegou a ser cotado US\$ 69,37 por barril, mais alta cotação desde 2015, e ficou perto de preços vistos pela última vez em 2014, antes do colapso dos preços da commodity.

"Estamos em um ambiente no qual os produtores da Opep e a Rússia reduziram sua oferta e os estoques caíram. Ao mesmo tempo, as questões geopolíticas preocupam", disse Olivier Jakob, da consultoria Petromatrix.

Ele apontou para a possibilidade de que os EUA voltem a impor sanções ao Irã, depois de suspenderem sua aplicação desde a assinatura do acordo nuclear.

Analistas, como Carsten Fritsch, do Commerzbank, disseram que as altas recentes de preços não se alinham aos fundamentos do mercado e acarretam o risco de "supercompensação". Mas outros disseram que a queda do dólar e os números fortes do crescimento mundial, que podem gerar demanda superior à esperada, também ajudaram na alta de preços.

Dados do governo americano sobre os estoques de petróleo, publicados nesta quarta-feira, mostram queda superior à esperada, de 4,9 milhões de barris de petróleo cru, nos estoques da semana encerrada em 5 de janeiro, que ficaram em 419,5 milhões de barris. Dados do Instituto Americano do Petróleo publicados esta semana apontam para redução de estoque ainda maior, da ordem de 11 milhões de barris.

O petróleo WTI, referência nos Estados Unidos, foi cotado a US\$ 63,31 por barril.

Alguns países da Opep cujas economias sofreram nos últimos anos receberam positivamente a alta nos preços, que se acelerou desde que o cartel e seus aliados prorrogaram até o final de 2018 seu acordo de corte de produção. O Brent subiu em quase 10% do final de novembro para cá.

Mas continua a existir preocupação sobre o nível de produção de petróleo de xisto betuminoso pelos EUA. Isso solaparia os esforços dos produtores mundiais para restringir a produção e reduzir os estoques internacionais.

Bijan Zanganeh, ministro do Petróleo iraniano, disse que alguns membros da Opep não desejavam alta de preço, especialmente para mais de US\$ 60 por barril, porque isso ajudaria o setor de petróleo de xisto betuminoso.

Tradução de PAULO MIGLIACCI

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: "Financial Times"

Título: Bitcoin consumirá uma Argentina em energia neste ano

O consumo de eletricidade relacionado ao bitcoin neste ano pode ser tão grande quanto ou até maior que o consumo previsto para todos os veículos elétricos do planeta em 2025 ou que o da Argentina, de acordo com o banco Morgan Stanley.

O bitcoin, a criptomoeda da moda, é minerado por meio da solução de complexos problemas matemáticos, cujas respostas são usadas para validar novas transações, adicionadas ao livro-registro do blockchain. Essa mineração requer grande uso de energia para computação.

O QUE SÃO CRIPTOMOEDAS?

O que são e para que servem

Investir requer cuidado e sangue frio

Fraudes são ameaça a quem investe

Embate com governos aumenta risco

"A demanda de energia do bitcoin em 2018 (cerca de 120 a 140 terawatts/hora, o equivalente a 0,6% do consumo mundial de energia, ou ao consumo da Argentina) será em nossa estimativa superior à demanda mundial total dos veículos elétricos do planeta em 2025 (cerca de 125 terawatts-hora), mas ainda é pequena em termos absolutos e não terá impacto sobre as ações de empresas de infraestrutura, pelo futuro previsível", apontaram os analistas do Morgan Stanley.

Embora não acreditem que o consumo de energia pelas criptomoedas venha a afetar a situação das empresas mundiais de infraestrutura, ao menos por enquanto, os analistas apontam que a demanda por bitcoins pode "representar uma nova oportunidade de negócios para aqueles que desenvolvem fontes sustentáveis de energia" e que "muitas empresas de infraestrutura, como a NextEra, a Iberdrola e a Enel, e mesmo as grandes companhias petrolíferas estão ingressando no segmento de energia renovável".

O Morgan Stanley estima o custo de criar um bitcoin em entre US\$ 3.000 e US\$ 7.000. E regiões de baixo custo deverão ser favorecidas para a mineração, como México, Noruega, China, Canadá e EUA.

a China já está agindo para reprimir a mineração excessiva de bitcoins no país, em razão de preocupações com o consumo excessivo de eletricidade e com o risco excessivo; ao que se sabe os mineradores [chineses] estão procurando maneiras de transferir suas operações ao exterior, quer por meio da transferência física de instalações, quer pela venda de seu conhecimento especializado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Sem privatizar Eletrobrás, União precisará de R\$ 12 bi**

Apesar da desconfiança do mercado com a intenção do governo de levar adiante a privatização da Eletrobrás em um ano eleitoral, o presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr., disse que o processo deve ser concluído no segundo semestre deste ano. O executivo lembrou que a União conta com R\$ 12,2 bilhões em receitas previstas no Orçamento, relativos ao bônus de outorga dos novos contratos de concessão das usinas da companhia. Sem a privatização da Eletrobrás, o executivo destacou que o governo terá de, “no mínimo, pensar numa forma de resolver os R\$ 12 bilhões”.

Na proposta em discussão, chamada de descotização, a Eletrobrás vai pagar esse valor para ter direito a vender essa energia, hoje comercializada pelo custo, a preços de mercado, e a novos contratos de concessão, de 30 anos. Ferreira Jr. disse que a companhia não tem recursos em caixa para fazer esse desembolso e, sem a privatização, teria de encontrar outra forma de fazer o pagamento.

Como 60% do capital da Eletrobrás é da União, a maior parte dos recursos teria de sair do próprio Tesouro. “Nós melhoramos muito, mas não o suficiente para ter esse capital. Se tiver de comprar isso, 60% do capital da companhia pertence à União. Por isso, estamos pulverizando o capital e empresas de infraestrutura e energia no mundo inteiro têm características de corporação”.

O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, disse que o projeto de lei sobre a privatização da Eletrobrás deve ser enviado ao Congresso alguns dias antes do fim do recesso parlamentar, no início de fevereiro. Segundo ele, desde dezembro, a proposta está nas mãos da Casa Civil, órgão do governo responsável pela análise final do texto. “

Achamos que é melhor deixar para enviar o projeto mais perto do reinício do ano legislativo”, disse o ministro. “A Casa Civil verá o melhor timing com a liderança do governo para o envio”.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Distribuidoras serão vendidas**

O governo descartou a possibilidade de liquidação das seis distribuidoras da Eletrobras no Norte e no Nordeste, que devem ser vendidas até abril, e garantiu que trabalha para privatizar o grupo ainda este ano. O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, e o presidente da estatal, Walter Ferreira Júnior, se reuniram ontem para discutir pendências do processo. Ambos reforçaram que a Medida Provisória 814/2017, editada no fim do ano passado, que insere a Eletrobras no Plano Nacional de Desestatização (PND), tem um único artigo referente à venda da estatal, inserido para dar condições de contratação de consultorias. A MP gerou polêmica entre parlamentares e ações na Justiça.

O ministro ressaltou que tudo que diz respeito à privatização da Eletrobras será endereçado ao Congresso via projeto de lei (PL), que já está na Casa Civil. “A MP 814 nós enviamos antes porque era preciso, para dar tempo hábil de os estudos necessários serem feitos”, explicou.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, reiterou que a MP 814 trata das pendências das distribuidoras e que a polêmica em torno do assunto era esperada. “Sabia-se que a privatização da Eletrobras teria uma discussão importante no Congresso Nacional, enviada via MP ou PL, e que o debate ocorreria ao longo do primeiro semestre do ano. Então, estamos exatamente dentro do cronograma”, garantiu.

O processo de emissão de capital da companhia, que corresponde à diluição da participação da União, ocorreria de qualquer maneira no segundo semestre, segundo Ferreira. “Continuamos trabalhando com a possibilidade de privatizar a Eletrobras em 2018 se conseguirmos a aprovação de medidas importantes como a descoltização ao longo do primeiro semestre”, afirmou.

Demandas

Ferreira explicou que a MP 814 tem um conjunto de demandas relativas às distribuidoras, que foram contestadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Os créditos eram objeto de dúvida da própria agência”, destacou. Em fiscalização, o órgão regulador apontou passivo de R\$ 4 bilhões e não créditos de R\$ 8,5 bilhões, como a Eletrobras afirmou ter. “Esse passivo é decorrente das chamadas dúvidas que foram resolvidas com o empenho que está na MP”, disse.

Ele esclareceu que as empresas não podiam tomar um crédito que estava sendo encerrado em 2017 sem perspectiva de renovação. “Eram créditos das distribuidoras. Mas não havia um comando legal. Com a MP, passou a ter. Agora, o crédito, que não era líquido, se materializa e fica na distribuidora e a

dívida também. Uma coisa equaliza a outra”, assinalou. “Em vários casos ocorre isso, com efeitos de contabilização que somam R\$ 8,5 bilhões”, completou.

O presidente da Eletrobras reafirmou que “não há indicativo” de liquidar as companhias. “Nós consultamos os ministérios responsáveis e tivemos a resposta de que o tratamento que deveria ser dado, no caso de liquidação, seria pela lei das empresas S/As. Havia uma dúvida que permeou o processo, é verdade, mas isso ficou explicitado. Por isso, a proposta é de privatização”, destacou.

Ferreira reconheceu que a Eletrobras não é uma boa administradora de distribuidoras. “Como estatal, tem limitação para reduzir custos, demitir empregados. Essa mudança é para o bem dos consumidores, porque há uma obrigação de depósitos e compromissos com investimentos, uma garantia de que vão gerar qualidade de serviços, sem ônus tarifário”, ressaltou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / colunas

Autor: Denise Rothenburg

Título: PP em Itaipu

O Partido Progressista, aquele que no passado indicou Paulo Roberto Costa para diretor da Petrobras, festeja a posse do engenheiro eletricista Mauro Coberllini no cargo de diretor-técnico executivo da Itaipu Binacional. A indicação coube ao presidente estadual do PP do Paraná, Dilceu Sperafico. Sperafico foi inocentado no processo da Lava-Jato no fim do ano passado, por falta de provas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner, Rafael Bitencourt e Raphael Di Cunto

Título: Governo admite mudar artigo de MP, para venda da Eletrobras

O governo se dispõe a abrir mão de um dispositivo na MP 814 que tem gerado curto-circuito nas relações entre Palácio do Planalto e Congresso Nacional, ao dar início para estudos referentes à privatização da Eletrobras por meio de medida provisória. A mudança no artigo 3º da MP, entretanto, só deve ocorrer depois da contratação pela estatal de estudos para assessoria jurídica e modelagem financeira para a operação de aumento de capital em bolsa de valores. Isso ainda levará algumas semanas.

Em uma tentativa de contornar o mal-estar com a base aliada, o governo sinaliza que pode eliminar esse dispositivo do texto enviado ao Congresso na

última semana de dezembro. A exclusão, por meio de acordo com deputados e senadores que cobram mais discussões em um projeto de lei, seria concretizada no futuro relatório da MP 814.

Em um cronograma "de trás para frente" desenhado pelo governo, a operação só sai em 2018 se os estudos forem contratados imediatamente. Hoje, a Eletrobras não pode fazer isso porque uma legislação sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a impede de entrar no Programa Nacional de Desestatização (PND). A permissão para contratar os estudos foi uma forma encontrada pelo Planalto de acelerar o processo. Um projeto de lei, travado na Casa Civil, detalhará a modelagem completa.

Para não comprometer logo de cara esse calendário, a medida provisória permitiu a entrada da Eletrobras no PND, o que viabiliza a contratação dos estudos. Esse movimento, contudo, fez crescer a resistência dos parlamentares à privatização da companhia energética. A disposição em mexer no ponto mais polêmico da MP 814 representa um aceno aos críticos do processo no Congresso. Para o governo, não chega a ser um problema, já que os estudos terão sido contratados com respaldo jurídico, durante a plena vigência do artigo 3º. Os precedentes legais são de que, assim, a contratação não poderá ser contestada.

Para parlamentares envolvidos nas discussões, essa sinalização do governo não diminui a resistência à MP, que trata do risco hidrológico e poderia cair por completo em votação. "É inócuo", afirmou o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), um dos principais críticos da medida provisória. Segundo ele, como a MP tem efeito imediato a partir da publicação. "Ou reedita a MP sem esse artigo ou vai cair tudo."

O **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse que não houve mudança na estratégia de privatização da Eletrobras este ano. Segundo ele, o modelo de transferência do controle seguirá ao Congresso por projeto de lei, como já teria sido acordado com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE).

O ministro frisou que o "único dispositivo" que trata da privatização da estatal contido da MP 814 é o que reinsere a companhia no PND. Esse artigo, segundo ele, foi necessário para que a empresa "tenha condições de contratar as consultorias no tempo hábil".

O ministro foi questionado se, então, não haveria motivo para surpresa de parlamentares com inclusão do artigo na MP. "Não, porque tudo que diz respeito à privatização da empresa, de capitalização, emissão de novas ações, descotização [da energia de usinas], revitalização do rio [São Francisco], a

golden share, não serão tratados via MP, mas por PL que está na Casa Civil desde o mês de dezembro", disse Coelho Filho.

As incertezas em torno da privatização ainda em 2018 têm crescido porque quase não houve avanços desde uma reunião do presidente Michel Temer, no início de novembro, com seus ministros para definir o assunto.

Reservadamente, fontes da equipe econômica e do Ministério de Minas e Energia avaliam que deixar o envio do PL para depois da votação da reforma da Previdência - prevista para 19 de fevereiro - tornaria a operação impossível de ocorrer neste ano. O desafio, porém, é não criar mais dificuldades políticas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Medida tira incerteza sobre a privatização de distribuidoras

A edição da Medida Provisória (MP) 814, enviada ao Congresso no fim de 2017, resolveu a incerteza sobre a privatização das seis distribuidoras do grupo Eletrobras ao tratar da totalidade do passivo dessas companhias com os fundos setoriais, segundo informou ontem o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior.

O executivo disse que a MP 814, apesar de mencionar a postergação do prazo de vencimento de R\$ 3,5 bilhões em dívidas com a compra de combustíveis para os sistemas isolados do Norte, equaciona valores de R\$ 8,5 bilhões, no total.

Para Ferreira Júnior, questionamentos feitos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o uso de recursos de fundos como a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) pelas distribuidoras do grupo deixaram de existir. Essa era uma das preocupações dos investidores interessados em ser o novo controlador.

O presidente da Eletrobras explicou que a holding não será mais pressionada a assumir as dívidas das subsidiárias de distribuição para assegurar o sucesso da privatização. Outra hipótese que começou a ser afastada é a de liquidação desses ativos ao final do prazo de oferta temporária dos serviços de distribuição.

"Como não tinha essa medida provisória e a gente teve que reagir às informações daquela época, não se podia tomar um crédito que estava sendo encerrado em 31 de dezembro de 2017", disse o executivo a jornalistas ao sair

de reunião com o **ministro Fernando Coelho Filho** (Minas e Energia). "Agora, esses créditos se materializam e eu não preciso mais 'subir' para a Eletrobras".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Bruno Villas Bôas

Título: Combustíveis devem manter pressão sobre a inflação em 2018

Uma das principais pressões sobre o IPCA em 2017, os preços dos combustíveis devem continuar subindo este ano. Consolidada a nova política de preços da Petrobras, que desde julho adota reajustes diários para gasolina e diesel nas refinarias, com base nas cotações internacionais, a tendência é que os preços no mercado interno avancem em 2018, ainda que de forma mais moderada, segundo analistas consultados pelo Valor.

Em 2017, de acordo com IBGE, os preços ao consumidor da gasolina subiram 10,32%, enquanto os do diesel avançaram 8,35%. O gás liquefeito de petróleo (o "gás de botijão") subiu 16%.

Segundo Márcio Milan, economista da consultoria Tendências, a expectativa é que a Petrobras mantenha a política de reajustes quase diários, acompanhando o comportamento de preços internacionais. Milan prevê que a gasolina fique 7% mais cara, e o gás de botijão, 3%. "O preço do petróleo no exterior deve continuar subindo, gradualmente, inclusive com a influência do câmbio. No caso do gás, a história é parecida, mas precisamos acompanhar se a Petrobras vai manter nesse caso a política de repasses", disse.

Desde junho, a Petrobras adota reajustes mensais para o botijão de gás, tomando como referência a cotação no mercado europeu. A estatal, contudo, está reavaliando a metodologia, de forma a suavizar os impactos causados pela volatilidade do mercado internacional.

O Itaú Unibanco, por sua vez, tem um cenário de comportamento mais ameno para os preços da gasolina e do gás em 2018. Pelas contas do banco, o preço do petróleo não deve se sustentar no atual patamar, acima de US\$ 60, ao longo do ano - deve ceder para a faixa de US\$ 50 a US\$ 55.

"Com isso, o preço da gasolina deve ser reajustado, na média do ano, em 1%. É o nosso número preliminar. O gás, por sua vez, deve aumentar 2%", disse Elson Teles, economista do banco, acrescentando que as projeções consideram cenário de câmbio a US\$ 3,50 ao fim deste ano.

O Citigroup alerta para as tensões geopolíticas no Oriente Médio, e entre os EUA e a Coreia do Norte, que, segundo o banco, podem pressionar o barril do petróleo para uma faixa entre US\$ 70 e US\$ 80. Some-se a isso uma possível sanção dos americanos ao petróleo do Irã e os efeitos do acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de novembro, para ampliar a meta de corte da oferta até o fim de 2018.

Segundo a Agência de Informações sobre Energia dos Estados Unidos (EIA, na sigla em inglês), os preços do petróleo e dos combustíveis no mercado internacional, utilizados como referência pela Petrobras, devem subir em 2018, mas numa proporção menor do que em 2017. A expectativa é que o preço médio do barril do tipo Brent em 2018 fique em US\$ 60, o que representa uma alta de 11% sobre 2017. No ano passado, a elevação foi de 22%.

A EIA destaca o aumento dos preços do barril para US\$ 67 ao fim de dezembro, mas estima que o nível de estoques globais de petróleo subirá cerca de 200 mil barris/dia, contribuindo para que o Brent caia para US\$ 60 no primeiro trimestre.

O órgão americano também projeta crescimento nos preços dos combustíveis nos EUA, uma das principais referências do mercado. A cotação da gasolina no varejo é estimada em US\$ 2,57 o galão na média de 2018, o que representa uma alta de 6,2% ante o ano passado. O diesel, por sua vez, deve subir 11% - de uma média de US\$ 2,65 o galão em 2017 para US\$ 2,95 este ano. Entre 2016 e 2017, a alta foi de 14%. (Com agência Bloomberg)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro

Título: Arrecadação com royalties aumenta 104% no RJ em 2017

O Estado do Rio de Janeiro fechou o ano passado com um aumento nominal de 3,3% na arrecadação tributária e expansão de 104% na receita de royalties e participações especiais, na comparação com 2016. Previsto inicialmente para chegar ao patamar de R\$ 21 bilhões, o déficit orçamentário (diferença entre arrecadação e despesas) encolheu mais de 40%.

Apesar de alguns resultados fiscais melhores do que o esperado e de outros até positivo, o montante de despesas assumidas, mas não pagas, pelo governo fluminense no ano passado ficou em torno de R\$ 12 bilhões, o que é um complicador, especialmente num ano eleitoral como 2018.

"O Rio de Janeiro vai ter de deixar o caixa arrumado. É crime deixar restos a pagar sem disponibilidade de caixa para quitá-los [em ano eleitoral]", justifica a economista Selene Peres, especialista em finanças públicas, citando o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Estado do Rio aderiu no ano passado, prevê a realização de leilões reversos para quitar restos a pagar. "Não me parece razoável que o Estado consiga cumprir o que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal", acrescenta Selene.

O rombo orçamentário previsto para 2018 é de R\$ 10 bilhões, mas a receita de impostos já dá sinais de recuperação, embora tenha crescido no ano passado pouco acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A arrecadação de ICMS fechou o ano em R\$ 32,75 bilhões, incremento nominal de 2,9% frente a 2016, de acordo com dados da Secretaria de Fazenda. A receita total de impostos somou R\$ 42,01 bilhões, o que corresponde a aumento anual de 3,3%.

"A recuperação está sendo mais célere e mais profunda que o imaginado", disse ao Valor o secretário de Fazenda do Estado, Gustavo Barbosa. "Para você ter arrecadação maior numa situação em que o Estado, diferentemente da União, tem um PIB negativo, porque em 2017 certamente tivemos um PIB negativo, o aumento tributário é um ganho absurdo".

Para este ano, a Fazenda do Rio trabalha com a perspectiva de uma expansão da economia fluminense, ainda que num nível inferior à do PIB brasileiro.

No ano passado, a modernização e o aperfeiçoamento dos processos de arrecadação tributária renderam R\$ 800 milhões a mais aos cofres do governo estadual. Somado a ajustes nas despesas de custeio e à entrada de R\$ 2 bilhões em recursos provenientes de um empréstimo contraído junto ao BNP Paribas, a ampliação das receitas tributárias e de royalties permitiu ao governo fluminense reduzir para algo em torno de R\$ 12 bilhões o déficit orçamentário. No fim de 2016, a projeção para o rombo era de R\$ 21 bilhões.

"Não temos planejamento para majoração da alíquota de ICMS este ano", diz Barbosa, depois de um 2017 marcado por aumentos na carga tributária estadual. Com base no Regime de Recuperação Fiscal, está prevista uma diminuição de R\$ 1 bilhão nos incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

"É razoável olhar para o Rio e ver o copo meio cheio, em vez do meio vazio. Mas o Estado ainda está muito longe de uma recuperação", afirma Selene.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Corinne Ramey e Mara Gay | Dow Jones Newswires****Título: NY processa 5 petroleiras por aquecimento global**

O prefeito de Nova York, Bill de Blasio, disse ontem que seu governo entrou com uma ação judicial contra cinco grandes companhias petrolíferas e que está pressionando fundos de pensão de Nova York a tirar seus recursos de investimento em combustíveis fósseis, duas iniciativas que visam combater as mudanças climáticas.

"Essa é uma tragédia provocada pelas empresas extrativas de combustíveis fósseis", disse o democrata De Blasio, em entrevista coletiva. "Estamos atacando aqueles que se beneficiaram. E que maneira horrível e nociva de lucrar."

O desinvestimento de combustíveis fósseis exige a aprovação dos curadores dos cinco maiores fundos de pensão da cidade. A proposta será apresentada hoje por autoridades municipais. Esses fundos, que administram US\$ 189 bilhões, têm cerca de US\$ 5 bilhões em títulos de empresas de combustíveis fósseis.

Já o processo judicial, iniciado na terça-feira, reivindica bilhões de dólares para proteger a cidade contra as mudanças climáticas. São Francisco e Oakland entraram com processo similar em setembro contra as mesmas cinco empresas.

"Neste litígio, a cidade procura transferir os custos da proteção contra os impactos das mudanças climáticas para as empresas que fizeram quase todo o possível para criar essa ameaça existencial", diz a queixa, apresentada no Tribunal Distrital dos EUA em Manhattan.

Segundo a denúncia, tratam-se "justamente das perturbações e prejuízos climáticos para os quais cientistas e consultores dos réus vêm alertando há décadas".

A cidade apresentou processo contra as companhias petrolíferas BP, Chevron, ConocoPhillips, Exxon Mobil e Royal Dutch Shell.

Um porta-voz da Shell disse que, para a empresa, "as mudanças climáticas são um desafio social complexo, que deve ser abordado por políticas governamentais sólidas e mudanças culturais para a adoção de práticas de baixa emissão de carbono por empresas e consumidores, não nos tribunais".

Um porta-voz da Chevron qualificou o processo de "factualmente e legalmente desprovido de mérito". Um porta-voz da Exxon Mobil disse que a empresa "vê com bons olhos qualquer tentativa bem intencionada e de boa fé para enfrentar os riscos das mudanças climáticas", mas que processos como esse não fazem isso. Um porta-voz da ConocoPhillips disse que a empresa não fala sobre litígios pendentes. A BP não quis comentar.

Até agora, nenhuma cidade conseguiu processar com êxito uma empresa de combustíveis fósseis por danos causados por mudanças climáticas, disse Michael Burger, diretor-executivo do Centro Sabin para Mudanças na Legislação, da Columbia Law School. Ainda assim, de acordo com leis estaduais, os tribunais ainda não proibiram esse processo, disse ele.

Mesmo que não sejam bem-sucedidas, essas ações poderão ter outras consequências. "É possível que esses processos apliquem pressão suficiente para vencer a resistência das petrolíferas no sentido de adotar medidas significativas para enfrentar as mudanças climáticas", disse Burger.

As medidas foram anunciadas num momento em que De Blasio está se empenhando para expandir a sua imagem nacional de democrata mais esquerdista. No mês passado, o prefeito foi a Iowa dar a palestra principal na festa de um grupo esquerdista, gerando especulações de que poderia estar preparando uma candidatura a presidente em 2020. Ele disse várias vezes que não tentará a Presidência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Economia

Autor: Daniel Rittner

Título: Giannetti defende reforma em 2019 e Petrobras privada

Uma proposta de ampla reforma da Previdência nos primeiros meses de 2019, usando "logo de cara" o capital político do novo governo. Transformação da Petrobras em uma "corporação pura", com ações pulverizadas em Bolsa e mantendo "golden share" nas mãos da União, no horizonte do próximo mandato presidencial. Possibilidade de taxaço sobre a entrada de dólares com características especulativas para evitar bolhas, manipulação intencional do câmbio ou volatilidade excessiva no valor do real.

Essas ideias são defendidas pelo economista e empresário Roberto Giannetti da Fonseca, que tem conversado semanalmente com o tucano Geraldo Alckmin, favorito para assumir a candidatura do PSDB ao Palácio do Planalto. A pedido do governador paulista e presidenciável, ele iniciou discussões com outras figuras influentes no mercado sobre posicionamentos em política econômica, que

devem servir para "animar o debate entre os integrantes de sua assessoria como pré-candidato", conforme as suas palavras.

Giannetti, que foi secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) no governo FHC e diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), atua como consultor de grandes empresas exportadoras e investidores estrangeiros no Brasil. Ele se classifica como um "liberal moderado" e diz que as afirmações desta entrevista expressam apenas sua opinião pessoal, mas que "em grandes linhas coincide com o pensamento" de Alckmin sobre a economia.

Além de Giannetti, outros três economistas, como Persio Arida e José Roberto Mendonça de Barros também conversam com o governador. Caso Alckmin vença as prévias do PSDB, um documento sobre posicionamentos do futuro candidato deve ser lançado em março com uma diretriz geral: "A obsessiva geração de empregos e um programa contundente de inclusão social e distribuição de renda, em ambos casos resultando num substantivo incremento da demanda das famílias, e do investimento produtivo pelo setor privado". Leia os principais trechos da entrevista ao Valor:

Valor: Há muita hesitação no meio político quanto à capacidade de Alckmin unir os partidos de centro e se viabilizar como candidato competitivo nas eleições. Como ele poderia superar esses desafios?

Roberto Giannetti da Fonseca: Colocando de lado minha admiração pessoal pelo cidadão Geraldo Alckmin, que é um homem de hábitos simples e de caráter íntegro, vejo nele também as qualidades políticas de um negociador hábil e conciliador de interesses divergentes, de eficiente gestor, com responsabilidade e experiência comprovada, de comportamento austero e visão estratégica. Ele não é um político carismático, de fazer discursos empolgantes, demagógicos e dramáticos, como outros populistas da direita e da esquerda, mas sim aquele que saberá conquistar a simpatia dos eleitores pela sinceridade, autenticidade e pelo compromisso público com suas promessas de campanha.

Valor: Mas nenhuma das virtudes que o senhor enumera se transforma necessariamente em votos...

Giannetti: Vejo as pesquisas como um retrato instantâneo e fora de foco, que pouco revelam sobre a real situação eleitoral dos candidatos. Se considerarmos só o eleitorado cativo do governador Alckmin no Estado de São Paulo, ele já teria a seu favor cerca de 10% dos votos nacionais. Se somados ao prestígio que ele tem nos Estados do Sul, outros 5% poderiam de saída ser adicionados à sua figura. O desafio será lançar, logo mais, um discurso em nível nacional para conquistar o eleitorado de Minas, Rio e Estados do Nordeste onde ele é pouco conhecido ainda. Imagino assim que ele chegará bem posicionado no segundo

turno, com ou sem Lula no páreo, e vencerá o candidato da esquerda populista na reta final, seja quem for, na minha opinião com mais de dez pontos percentuais de vantagem. A rivalidade que veremos na campanha será entre o populismo demagógico e divisionista e a nova política de moderação, conciliação e responsabilidade. Entre a aventura de promessas inexequíveis e o realismo da boa política econômica para a geração de empregos e renda para a população brasileira. Sou otimista e acredito que a população saberá escolher seu presidente com sabedoria, mesmo sabendo que também a democracia às vezes falha e nos decepciona.

Podemos ter a Petrobras como corporação pura, com capital disseminado em Bolsa e golden share perpétua

Valor: Nas eleições de 2006, um dos temas de destaque foram as privatizações. E o discurso do candidato Geraldo Alckmin foi derrotado para uma proposta mais intervencionista. O que há de diferente agora para avançar nessa agenda?

Giannetti: Em 2006, o PT demonizou as privatizações como algo maléfico, contra o interesse nacional. E veja no que deu: eles arruinaram as empresas estatais, seja pela corrupção sistêmica, seja pela inépcia administrativa. É um absurdo o governo brasileiro ainda manter 149 empresas sob seu controle, imobilizando enorme volume de recursos públicos em atividades típicas do setor privado. A capacidade de ampliar o volume de investimentos dessas empresas passa necessariamente por um amplo programa de privatizações, que em parte já se iniciou em 2017, mas pode e deve ser ampliado muito a curto prazo. Existem pelo menos duas razões que não eram aparentes, naquela campanha, para que um vigoroso programa de privatizações ocorra no futuro próximo. Em primeiro lugar, o investimento das empresas públicas federais - incluindo Petrobras e Eletrobras - despencou. No ano passado, de janeiro a setembro, foram apenas R\$ 30,3 bilhões. Para termos uma comparação, o investimento no mesmo período foi de R\$ 85 bilhões em 2014, quando atingiu o pico. A única forma de aumentar o volume de investimentos das estatais nos próximos anos será buscando capitais privados, seja pela venda integral dos ativos, seja com operações no mercado de capitais. O segundo motivo é a necessidade de equilíbrio fiscal dos governos federal e estaduais. Isso está cada vez mais óbvia na cabeça de qualquer governante minimamente racional. O Roberto Campos [economista e ex-ministro do Planejamento no regime militar] já dizia há mais de 30 anos: "O povo brasileiro quer o governo investindo em mais e melhores redes de postos de saúde, e não em rede de postos de gasolina!".

Valor: Se a Eletrobrás não puder ser privatizada ainda durante o governo Temer, vê a possibilidade de isso acontecer em 2019? É tabu falar sobre privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa?

Giannetti: Obviamente há casos mais sensíveis e cada estatal de maior relevância merece ser tratada de forma específica. É o caso da Petrobras. A privatização da Eletrobras e de algumas subsidiárias importantes da Petrobras deve se constituir em fator imediato de alívio ao atual investimento público, bem como na possibilidade de geração de receitas extraordinárias para as contas públicas em 2018 e 2019. Já a Petrobrás S.A., propriamente dita, acho que sua possível privatização exigiria uma estratégia bem mais elaborada, de primeiro fortalecê-la financeiramente, com redução do endividamento, e depois consolidar um plano de governança interna para impedir casos de má gestão e de corrupção - pontos que a gestão do Pedro Parente já vem realizando com competência. Posteriormente, então, transformá-la numa corporação pura, com capital disseminado na Bolsa de Valores e "golden share" perpétua em poder do governo brasileiro, de forma a impedir qualquer tentativa de algum investidor obter seu controle ou interferir na sua governança. Não podemos admitir que se repitam casos escandalosos como aqueles revelados pela Lava-Jato.

Valor: Mas o senhor fala de uma operação envolvendo a Petrobras no horizonte do próximo governo?

Giannetti: Sim, não há motivo para evitar essa discussão, desde que seja com esses requisitos - capital pulverizado e preservação de uma "golden share", que é importantíssima. A Petrobras precisa ser uma empresa brasileira, não do governo brasileiro.

Valor: E quanto ao BB e Caixa?

Giannetti: Seria preciso avaliar primeiro como transferir as atividades de políticas públicas como o financiamento rural e de habitações para o sistema financeiro privado. Caso isso seja realizado de forma satisfatória, o importante para o setor financeiro é aumentar o nível de concorrência entre os bancos privados, já que temos um ambiente concorrencial muito estreito e concentrado. O crédito bancário no Brasil continua restritivo, escasso e caro, servindo como fator inibidor de investimentos e de consumo.

Valor: Há consenso no mercado sobre a necessidade de uma reforma da Previdência, mas a proposta do governo Temer foi bastante desidratada para votá-la em ano eleitoral. Isso torna necessária a apresentação de nova proposta em 2019?

Giannetti: Sem reforma da Previdência e algum controle sobre a folha salarial das corporações, será impossível alterar a trajetória explosiva da dívida pública. A questão central é se essas reformas poderão ser feitas ou não em duas etapas, uma primeira mais contida (só com idade mínima e regra de transição) e outra mais robusta após as eleições. O ideal teria sido que uma abrangente

reforma previdenciária tivesse sido aprovada logo depois da posse do presidente Michel Temer. Houve um grave erro estratégico em se aprovar primeiro o teto de gastos do setor público e deixar a reforma previdenciária para depois. Como o déficit da Previdência se eleva ano a ano bem acima da inflação, ele vai sequestrar recursos da saúde, educação e segurança pública, colocando em risco serviços públicos essenciais. Seria preferível, a esta altura, deixar que o novo governo instalado em 2019, com o cacife eleitoral restabelecido, propusesse logo de cara essa reforma essencial, de forma a eliminar todos privilégios insustentáveis, corrigir a questão etária para a realidade demográfica brasileira atual e futura, além de proporcionar uma fase de transição das reformas que permita sua aceitação pela maioria da população e do novo Congresso.

Valor: Melhor, então, desistir de votar a reforma em fevereiro, como deseja o presidente Temer?

Giannetti: Já houve tantas concessões para aprovar essa reforma que outra mudança das regras de aposentadorias será necessária de qualquer forma. O risco, com uma aprovação agora, é de os meios políticos darem uma relaxada. Essa reforma se faz com o capital político de um mandato novo, nos seis primeiros meses, quando o poder de mobilização do presidente é maior. Ou reformamos a Previdência já em 2019, para uma base atuarial sustentável a longo prazo, ou estaremos incorrendo em imperdoável equívoco fiscal que custará muito caro no futuro próximo, com a provável falência da Previdência e do Tesouro Nacional. Sem reforma, a dívida bruta chegará a 92% do PIB em 2021 [hoje está em 74,4%], uma trajetória que aumenta significativamente o risco de "default" do governo federal neste período próximo.

Flexibilização da regra de ouro é vital para evitar colapso logo no início do novo governo; quanto antes se resolver, melhor

Valor: A inflação está terminando o ano abaixo do piso da meta para 2017. Acredita que o próximo governo poderia trabalhar com metas mais baixas ou isso poderia travar a condução da política monetária?

Giannetti: A queda da inflação em 2017 surpreendeu positivamente a todos. E, para 2018, estima-se que vai ficar próxima de 4%, salvo alguma turbulência inesperada. Hoje seria difícil fazer um prognóstico responsável para 2019, mas qualquer governante responsável deverá preservar o regime de metas de inflação e praticar uma rigorosa harmonização das políticas fiscal e monetária para gerar confiança nas metas pré-fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Só não se pode colocar toda a responsabilidade pela estabilidade inflacionária nos instrumentos de política monetária, ou seja, taxa de juros e volume de crédito, e muito menos se recorrer ao atalho da valorização artificial do câmbio

para combater a inflação. Cada vez mais, no Brasil, temos que exigir uma política fiscal mais rigorosa e que colabore no esforço da estabilidade monetária.

Valor: O senhor tem sido um crítico contumaz das altas taxas de juros e do real sobrevalorizado. Vê a necessidade de uma moeda propositadamente mais fraca como estímulo às exportações industriais?

Giannetti: Vamos deixar claro, em primeiro lugar, que o regime cambial desejável é o flutuante, e que seja competitivo, sem viés sistêmico de sub ou sobrevalorização, e com baixa volatilidade. Por conta do diferencial da taxa de juros entre o mercado brasileiro e o mercado internacional, os agentes econômicos praticam em larga escala as operações de arbitragem de juros, tomando a posição de venda de centenas de bilhões de dólares e de compra de reais equivalentes. Essa prática determina uma forte correlação entre as taxas de juros e de câmbio, de forma que quanto maior o diferencial de arbitragem entre as taxas de juros internas e externas, maior será o volume de "carry trade" e maior a pressão no sentido de apreciação do câmbio no mercado à vista. O volume transacionado no mercado de câmbio futuro, nos últimos dez anos, tem sido de cinco a dez vezes superior ao do mercado à vista. Isso traz uma disfunção sistêmica. A repercussão desse viés de sobrevalorização cambial na economia brasileira se materializa na redução da competitividade de bens comercializáveis. Exportações brasileiras de manufaturados menos competitivas e importações mais baratas são efeitos perversos dessa atual conjuntura do mercado cambial brasileiro.

Valor: E o que fazer?

Giannetti: Existe a possibilidade de imposição de eventuais controles no fluxo financeiro com natureza especulativa. A forma de exercício desses controles pode-se dar, preferencialmente, por alguma taxação tributária em posições de mercado cambial com características especulativas ou nocivas à economia nacional. A motivação seria exatamente de caráter preventivo e prudencial para se evitar bolhas especulativas, manipulação intencional da taxa de câmbio ou ainda o risco de súbita volatilidade excessiva. O próprio FMI tem recomendado prudência na política cambial a inúmeros países emergentes. E, no caso brasileiro, o Banco Central não tem sido diligente a esse respeito. Quanto maior o setor industrial de um país, menos vulnerável a choques externos ficará sua economia. A expansão industrial ainda tem sido elemento fundamental nos países em rápido crescimento, e se observamos com atenção na recente história econômica mundial, não houve nenhum caso contemporâneo de rápida ascensão de economias nacionais que não fosse suportada fundamentalmente por um processo vigoroso de expansão das exportações e da taxa de investimento nos setores produtivos da economia.

Valor: O Mercosul tem falhado na busca por acordos comerciais e ainda existem muitas barreiras no comércio intrabloco? Que revisões deve haver no funcionamento da união aduaneira?

Giannetti: Creio ter havido, no início da década de 90, uma excessiva ambição dos fundadores do Mercosul em aspirar de imediato a um regime de união aduaneira, sem qualquer previsão de convergência de políticas macroeconômicas que permitisse seu pleno funcionamento. Como resultado, convivemos há mais de 20 anos com um sistema de união aduaneira bastante imperfeito, seja pela existência de centenas de produtos em tarifas de exceção, inúmeras barreiras não tarifárias que ainda prejudicam o comércio intrarregional e uma resistência ou inércia na atividade de negociação de novos acordos comerciais, tornando o Mercosul um bloco regional isolado das grandes cadeias globais de valor. Portanto, deveríamos aproveitar o bom momento econômico e político de seus quatro sócios plenos [Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai] para avançar na nossa abertura econômica. A baixa produtividade da economia brasileira tem origem principalmente na difusão mais lenta de tecnologia moderna e nas distorções na alocação de recursos entre e dentro das empresas. A abertura gradual da economia brasileira - e do Mercosul - é uma tarefa inadiável. Cabe ao Brasil liderá-la e promovê-la.

Valor: O governo Temer articulou - e depois suspendeu - a discussão em torno de uma PEC flexibilizando a chamada "regra de ouro" até 2026. Qual é a sua opinião?

Giannetti: Tendo a concordar com o argumento do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, de que em 2018 o problema da regra de ouro poderá ser resolvido por meio da antecipação de R\$ 130 bilhões da dívida do BNDES com o Tesouro Nacional. Mas, para 2019, nada está assegurado nesse sentido. Quem estiver governando vai ter que enfrentar as restrições da regra de ouro porque não poderá mais emitir dívida e, consequentemente, haverá corte substancial de investimentos públicos. Portanto, a proposta sugerida de flexibilização temporária da regra inserida na PEC é de vital importância para não haver um colapso das contas públicas logo no início do próximo governo. É desgastante mudar uma regra que deveria ser firme e permanente. Mas, diante do fato concreto que se aproxima, não se pode esperar nenhum milagre e a flexibilização torna-se imperativa. Cabe examinar, em paralelo, se algumas outras receitas extraordinárias podem vir a ocorrer e minimizar a medida de quebra da regra. Quanto antes esse tema for enfrentado no Congresso Nacional e resolvido satisfatoriamente, menor a incerteza sobre as contas públicas em 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Economia****Autor:****Título: Destaques**

Petróleo em alta

Os preços do petróleo fecharam em alta ontem, estendendo o rali e renovando as máximas, após a oitava queda seguida nos estoques da commodity nos Estados Unidos. Os contratos do Brent para março fecharam em alta de 0,6%, a US\$ 69,20 por barril, na ICE, em Londres - outro fechamento na máxima em três anos. Já o WTI para fevereiro subiu 1%, a US\$ 63,57 por barril, na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex), maior nível desde 9 de dezembro de 2014. O avanço do dia foi impulsionado pelos dados semanais do Departamento de Energia dos EUA (DoE), que mostraram novo recuo nos estoques de petróleo, em 4,948 milhões de barris na semana passada, para 419,515 milhões de unidades. Outro fator que tem contribuído para dar suporte aos preços da commodity é a dúvida sobre se o presidente dos EUA, Donald Trump, prorrogará o alívio nas sanções ao Irã, após a repressão às manifestações populares contra a liderança político-religiosa do país.

Curtas

CSN responde a CVM

A CSN informou ontem que mantém relacionamento contínuo com bancos e agentes de mercado, mas que, no momento, "não existe qualquer ato vinculante" que configure informação relevante quanto à venda de sua participação na Usiminas. A siderúrgica respondeu aos questionamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a respeito das notícias envolvendo a possível negociação da fatia detida na rival. Conforme apurou o Valor, a companhia começou a se preparar para vender sua participação na Usiminas, mas não há nada definido. Ela consultou o Bank of America Merrill Lynch e o Morgan Stanley.

Minério de ferro estável

O minério de ferro permaneceu praticamente estável ontem no mercado à vista chinês, ainda em patamares próximos à máxima em quatro meses. Os preços do produto com teor médio de 62% entregue no porto chinês de Qingdao registraram leve queda de 0,2%, terminando cotado a US\$ 78,31 cada tonelada, segundo a "Metal Bulletin". A queda de ontem quebrou uma série de seis altas consecutivas. Em janeiro até agora a matéria-prima acumula ganhos de 7,9%.

Desde setembro que o minério não se mantinha em cotações tão altas. A média de preços até agora é de US\$ 76,79.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Economia

Autor: Camila Maia

Título: Mercado à vista tem inadimplência de 75% por conta do GSF

Enquanto a guerra judicial em torno do déficit de geração de energia hídrica (GSF, sigla em inglês para o fator de ajuste da garantia física das hidrelétricas) segue sem uma solução, a inadimplência do mercado à vista de energia chegou a 75% na liquidação de novembro, concluída ontem. Segundo Rui Altieri, presidente do conselho da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é preciso haver uma solução o mais rapidamente possível pensando no futuro, uma vez que o problema deve se arrastar ainda pelos próximos dois anos.

Na liquidação financeira das operações de novembro, a CCEE arrecadou R\$ 2,56 bilhões dos R\$ 10 bilhões devidos. Com isso, os credores não protegidos por liminares receberam apenas 8% do que tinham direito. "Estamos empenhados para uma solução, é nosso foco principal. Pagar 8% para um credor é muito ruim, queremos normalizar o mercado", disse Altieri, em entrevista ao Valor.

Segundo Altieri, a publicação da Medida Provisória (MP) 814 sem a esperada solução para o GSF foi decepcionante. "Não houve uma boa reação, pois havia uma expectativa muito grande da publicação de uma proposta. No nosso entendimento técnico, apurar o passivo que não é risco hidrológico e transformar em extensão das concessões era uma proposta muito boa e que fazia sentido", disse ele.

Dos R\$ 7,5 bilhões em aberto na liquidação, R\$ 6,06 bilhões estão relacionados às liminares do GSF, ante R\$ 5,6 bilhões da liquidação de outubro. Outros R\$ 1,45 bilhão se referem à valores em aberto, com destaque para a inadimplência de quase R\$ 600 milhões da Ceron, distribuidora de Rondônia, controlada da Eletrobras e que deve ser privatizada em abril.

Sem um acordo para encerrar a judicialização do GSF, Altieri aponta que a CCEE prevê que o montante em aberto chegue a R\$ 10 bilhões ao longo deste ano.

Mesmo com a melhora nas chuvas e recuperação dos reservatórios, o déficit hídrico continuará sendo um problema pelo menos nos próximos dois anos, devido ao crescimento menor do que o esperado da demanda por energia no país, o que aumenta a urgência de uma solução para a judicialização.

O problema do GSF ganhou força em 2014, quando, devido à crise hídrica, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) passou a despachar um volume menor de energia das hidrelétricas para preservar os reservatórios. No lugar, entra a energia gerada por outras fontes, como termelétricas ou eólicas.

Problema do GSF deve continuar até 2019, aumentando a necessidade de uma 'solução estruturada'

As hidrelétricas, porém, ainda precisam cumprir os contratos de venda de energia. Mesmo que uma usina específica não tenha sua vazão afetada, todas fazem parte de um mesmo "condomínio", chamado Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), e ficam sujeitas ao mesmo déficit hídrico.

"Como o mercado não cresceu como se esperava desde 2014, pois mais que se tenha água, não vai haver demanda para que o GSF chegue em 95%", explicou Altieri, se referindo ao percentual antes visto pelo mercado como o risco "aceitável". Depois de cair em 2015 e 2016, o consumo de energia no país teve leve recuperação em 2017 e voltou ao patamar de 2014.

O entendimento da CCEE é que aquilo que não é "risco hidrológico" não pode ser suportado pelas hidrelétricas. Pela regra atual, as usinas acabam rateando custos como o deslocamento hídrico do atraso na transmissão de projetos e também da motorização dos projetos estruturantes.

O texto original da MP que tinha sido concebido pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** iria expurgar esses fatores do risco hidrológico, permitindo um acordo com os geradores, que poderiam retirar as liminares e pagar os montantes devidos. Em contrapartida, teriam a extensão das concessões de forma proporcional.

A CCEE ainda confia na publicação de uma MP ou projeto de lei (PL) que permita esse acordo. A outra alternativa seria aguardar que a Justiça consiga derrubar todas as liminares, estendendo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que derrubou no fim do ano passado uma liminar de uma associação de geradores hidrelétricos (Abragel) que limitava os efeitos do GSF a 5% da sua garantia física.

"Não temos preferência por uma solução, contanto que seja rápida", disse Altieri. Além disso, ele disse que não adianta apenas derrubar as liminares e resolver o problema do passado. "É importante resolver o passado, mas a catraca vai começar a rodar de novo, e daqui a pouco estaremos de novo nessa situação. Queremos uma solução estrutural", disse.

Para que esses fatores não considerados "riscos hidrológicos" possam ser excluídos do GSF a partir de agora, não é necessária uma mudança legal. A

Aneel pode fazer isso por meio da regulamentação, a exemplo do que já fez ao tirar do fator a geração de termelétricas mais caras quando estas são acionadas sem haver sinal econômico de necessidade.

Para 2018, a CCEE trabalha com a projeção de um déficit hídrico médio de 11%, com impacto financeiro de R\$ 10 bilhões em todo o setor. Desse total, seriam R\$ 7 bilhões no mercado regulado e R\$ 3 bilhões no livre. O GSF mínimo projetado no ano é de 28,3%, e o máximo pe de 6,4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião / Carta do leitor

Autor:

Título: BNDES

Com relação à matéria publicada na página B2 em 9/1/18), intitulada "Elena Landau vê privatização 'muito difícil' da estatal neste ano", esclarecemos que o modelo que vem sendo pensado para a privatização da Eletrobras, através da democratização do capital, ao invés da venda de controle, é inovador e não foi experimentado até então no país. Por isso, os processos precisam ser redesenhados, mas isso não significa "realizar o processo de privatização a qualquer preço". Ao contrário, toda atenção será dada às questões setoriais e estratégicas porque a Eletrobras, além de uma corporação, é também um braço de política pública. Questões relevantes para a política e a eficiência energética brasileira, como Eletronuclear e Itaipu, precisarão ter seu equacionamento prévio ao processo de venda.

Mesmo sem a expedição de decreto do Programa Nacional de Desestatização (PND) designando o BNDES como gestor do processo de privatização da Eletrobras, o banco vem atuando e propondo alternativas para o governo. Um modelo proposto pelo BNDES ao governo foi o de realizar o processo em fases, de forma que se permita a geração de valor aos acionistas de maneira escalonada, assegurando, ao mesmo tempo, que os ajustes prévios da Eletrobras - com a segregação de Itaipu e Eletronuclear - e algumas ações de reestruturação financeira ocorram previamente ao processo definitivo da privatização, minimizando pendências e incertezas que possam ser precificadas negativamente pelos potenciais investidores.

Qualquer solução de modelo final para a nova Eletrobras deve garantir que os temas de interesse social, como o Luz para Todos, dentre outros, mantenham-

se sustentáveis. Adicionalmente, a solução deverá fortalecer a estrutura de governança e transparência para os investidores privados, reforçando as perspectivas de expansão do setor.

Como visto, o BNDES não está omissa em seu "engajamento" com o processo. Ao contrário, vem participando de forma ativa na definição do modelo de privatização da Eletrobras, em paralelo à coordenação do processo de desestatização das seis distribuidoras da estatal no Norte e Nordeste.

Paulo Henrique de Noronha - Assessoria de Imprensa do BNDES

Carta de Paulo Henrique de Noronha -

MME / ASCOM .